

**A TEORIA KATZ E FODOR
OS FILHOS HETERODOXOS
DE UMA GESTAÇÃO ORTODOXA**

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC)

RESUMO

O presente artigo é dividido em duas partes. Numa delas, descrevemos a teoria de Katz e Fodor, constituída de um dicionário e de regras de projeção. A outra apresenta objeções à referida teoria, considerando a estrutura da mesma e a desconsideração do contexto extralingüístico. Ao final, a título de conclusão, mostramos que a teoria sinaliza a necessidade de considerarem-se os mecanismos pragmáticos na produção do sentido.

PALAVRAS-CHAVE : teoria Katz e Fodor, dicionário, regras de projeção.

INTRODUÇÃO

A teoria Katz e Fodor foi, entre as propostas de cunho estrutural, aquela que mais recebeu duras críticas, tanto no que diz respeito a sua formulação quanto no que concerne aos seus propósitos, muito acanhados para aqueles que atribuem à semântica um papel muito mais nobre do que o de fazer leituras de sentenças a partir de amálgamas de itens lexicais e o de desambiguar sentenças. O certo é que, pelo menos até onde nos é dado conhecer, nenhuma proposta foi alvo de tantos ataques, dos mais diversos *fronts*, para isto bastando citar Weinreich (*in* Lobato, 1977), que propôs, a partir de severas investidas contra a teoria dos citados autores, novas incursões teóricas, a despeito de não questionar o estruturalismo gerativista em si, mas os rumos que este tomou na teoria. Outros autores insistiram em combater a proposta de Katz e Fodor, mesmo aqueles de extração não estritamente lingüística, mas também semiótica, a exemplo de Eco (1980). Mas por que teria sido a teoria Katz e Fodor tão mirada? Nossa hipótese é de que os autores foram arrojados o bastante para estender o domínio estrutural para além da mera análise componencial, sugerindo a inserção das regras de projeção, que dariam feição sintática à proposta. Tinham como meta a leitura semântica de sentenças. Para tanto, explicitaram-se bastante, ainda que às custas de equívocos, o que franqueou “ataques” dos mais diversos lados.

Dada a importância da teoria em tela, reservamos o espaço deste artigo para revisá-la, expondo-a primeiramente quanto a seus propósitos estruturais. Em segundo lugar, mostraremos as críticas a que a referida teoria foi sujeita. Por fim e como meta mais importante, daremos a conhecer o contralivro que a teoria engendrou, apontando por via negativa os alicerces de uma semântica mais ampla.

A TEORIA DE KATZ E FODOR

A teoria de Katz e Fodor não tratou propriamente dos campos léxicos, nem se restringiu à mera análise componencial do significado, como a de Pottier (1978) e Coseriu (1986). Segundo a referida teoria, uma teoria semântica deve encerrar dois subcomponentes:

- a) um dicionário;
- b) uma regra de projeção.

O primeiro diz respeito ao conjunto de itens lexicais, como entradas associadas às definições, em termos que especificaremos adiante. Implicam uma lista de formas teoricamente ilimitadas.

A segunda se relaciona com a capacidade de codificar e decodificar a informação veiculada pela frase. Tais regras devem ser conhecidas pelo usuário, e são aplicáveis sobre os itens lexicais, impondo percursos de leitura.

Suponhamos uma frase como (01).

(01) Esse banco é grande.

Ela é potencialmente ambígua, uma vez que *banco* pode ter duas leituras: “instituição financeira” ou “determinado tipo de assento”. Registre-se que ambos os sentidos são compatíveis com o do adjetivo *grande*. A mesma frase, poderia ser desambigüizada no contexto sentencial abaixo.

(02) O banco é grande, mas é mal equipado de computadores.

A teoria semântica teria de dar conta também de frases como (03) abaixo, indicando-lhe a anomalia, porque há incompatibilidade entre o adjetivo *silenciosa* e o substantivo *tinta*.

(03) *Ele pintou as paredes com tinta silenciosa.

Entre outras atribuições, a teoria de Katz e Fodor, além de dar conta do número de leituras duma sentença e de construções semanticamente anômalas, deve considerar, também, as paráfrases ou sinônimas sintáticas, como no par de exemplos abaixo.

(04)a. Duas cadeiras estão na sala.

b. Há pelo menos duas coisas na sala sendo que cada uma delas é uma cadeira.

Em suma:

Uma teoria semântica descreve e explica a capacidade interpretativa dos falantes: dando conta de seu desempenho na determinação do número e do conteúdo das leituras de uma sentença; detectando anomalias semânticas; julgando relações de paráfrase entre sentenças; e indicando qualquer outra propriedade ou relação semântica que também desempenhe um papel nessa capacidade interpretativa (KATZ, 1977: 88).

Acrescente-se que a teoria deve ser aplicada às sentenças isoladas de contexto, embora os próprios autores admitam que uma teoria semântico-contextual é mais poderosa do que uma teoria de sentenças em isolamento. Asseveram:

Mas uma teoria contextual precisará ter como uma de suas partes uma teoria de interpretação semântica, porque as leituras que um falante atribui a uma sentença num contexto são resultado de uma seleção das leituras que a sentença possui isolada. Em termos gerais é evidente que uma sentença não pode ter leituras num contexto que não sejam também admitidas em isolamento. Naturalmente, há casos em que uma sentença pode ter uma dada leitura para alguns falantes em certos contextos e não tê-la em isolamento para todos os falantes. Tais casos, no entanto, são essencialmente idiomáticos, na medida em que se determina o seu significado ou por convenções especiais (senhas, palavras cunhadas para ocasiões ou grupos particulares etc.), ou por regras especiais (alguns códigos e construções semelhantes), ou por informações especiais acerca das intenções do falante. Se uma teoria do efeito seletivo do contexto tivesse de tratar desses casos, não seria possível construí-la, porque se poderia fazer qualquer sentença ter o significado que se desejasse pela simples construção do contexto de modo a incluir as convenções apropriadas. Portanto, uma vez que as leituras que um falante atribui a uma sentença em contexto correspondem a uma seleção das leituras que a sentença admite em isolamento, uma teoria de interpretação semântica é logicamente prioritária em relação a uma teoria do efeito seletivo do contexto (KATZ, 1977: 89-90).

Ainda à mesma página, os autores especificam melhor a questão da seleção contextual, através da qual se procura dar conta do modo como aspectos do mundo biossocial determinam a compreensão de sentenças. Assim se referem às diversas variantes desta possível teoria.

É claro, porém, que qualquer variedade de uma teoria dessa natureza terá, necessariamente, de satisfazer à condição de que, na sua elaboração, o contexto seja defendido de forma a que se torne capaz de representar toda e qualquer informação não-lingüística exigida pelos falantes para a compreensão de sentenças. Na medida em que uma teoria deixe de satisfazer a esta condição, ela será incompleta, pois haverá informações que determinam o modo pelo qual os falantes compreendem uma sentença que a teoria não incluiu na representação do contexto daquela sentença. Se uma teoria deixa de representar informações que os falantes realmente utilizam para compreensão de sentenças, a teoria deixa de explicitar, em todos os seus aspectos, o mecanismo através do qual tal informação contribui para o processo de compreensão.

No entanto, uma completa teoria dessa natureza, em princípio, não é possível, porque, para satisfazer à condição necessária acima indicada, seria imprescindível que a teoria representasse todo o conhecimento que os falantes têm do mundo (KATZ, 1977: 90-91).

Os autores amparam-se nos exemplos abaixo.

(05) Our store sells alligator shoes.

(06) Our store sells horse shoes.

"Em contextos normais", afirmam os autores, as frases (05) e (06) equivalem respectivamente a (07) e (08).

(07) Our store sells shoes made from alligator skins.

(Nossa loja vende sapatos feitos de pele de crocodilo).

(08) Our store sells shoes for horses.

(Nossa loja vende sapatos para cavalos).

Em potencial, são também possíveis as leituras (09) e (10).

(09) Our store sells shoes for alligators.

(Nossa loja vende sapatos para crocodilos).

(10) Our store sells shoes made from the skin of horses.

(Nossa loja vende sapatos feitos de pele de cavalo).

Conseqüentemente, afirmam os autores à pagina 91, que, para uma teoria de seleção contextual selecionar a leitura correta para (05), ela terá de representar o fato de que crocodilos não usam sapatos. Da mesma forma, se a teoria tem de selecionar a leitura correta para (06), será preciso representar o fato de que cavalos usam ferraduras e não se fazem sapatos de couro de cavalo.

Katz e Fodor examinam a versão fraca de uma teoria de seleção contextual “para que ela interprete discursos limitando-se apenas às informações proporcionadas pelas relações gramaticais e semânticas existentes dentro e entre as sentenças do discurso, ou seja, como o faria um falante fluente com amnésia para fatos não lingüísticos, mas sem afasia”. Objetam:

Mas não se evidencia claramente que a versão fraca da teoria de seleção por contexto de discurso tenha maior poder explanatório em relação a esses fenômenos de que uma teoria de interpretação semântica, tendo em conta o fato de que, à exceção de alguns casos, o discurso pode ser considerado como uma única sentença em isolamento, se os limites sentenciais forem tratados como conectivos sentenciais. Na verdade, esse é que seria o tratamento mais natural. Na grande maioria dos casos, a partição sentencial no discurso é simplesmente uma conjunção do tipo *e* (em outros, pode ser *mas*, *pois*, *ou*, etc.). Assim, para cada discurso, haveria uma sentença única, constituída pela seqüência de *n*-sentenças do discurso, relacionadas pelos conectivos proposicionais adequados, e caracterizada pela presença das mesmas relações semânticas existentes no discurso. Mas, uma vez que, *ex hypothesi*, a sentença única pode ser descrita por uma teoria de interpretação semântica, em todos os casos em que uma seqüência de discurso admita um tratamento como sentença única, uma teoria de interpretação semântica terá tanto poder descritivo quanto uma teoria de seleção contextual (KATZ, 1977: 93).

Como vemos, a teoria Katz e Fodor, sendo um dicionário (uma lista ordenada ou não dos itens lexicais da língua), associa cada item a um verbete. As regras de projeção, como dissemos, agem como filtros de leitura, que assinalam a compatibilidade ou não dos itens lexicais, de modo que estes formem sentenças plausíveis. Detenhamo-nos no componente *dicionário*. Este comporta as seguintes informações:

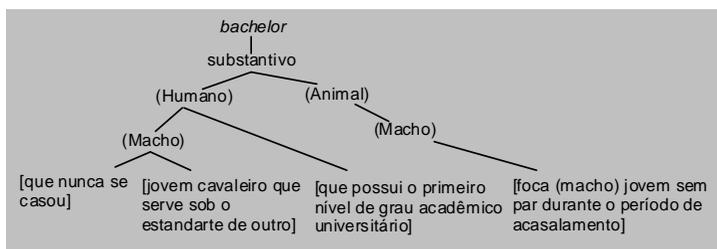
a) a classe gramatical;

b) a categoria semântica geral, que diz respeito às relações sistêmicas do vocabulário (são os marcadores ou, em inglês, *semantic markers*);

c) os diferenciadores (ing. *distinguishers*) que assinalam o idiossincrático de cada lexema;

d) as restrições seletivas, que indicam a possibilidade que uma palavra tem de configurar-se a uma outra, numa relação sintática, a exemplo do adjetivo *pesado*, que combina com o substantivo com o traço [+ material].

Citamos o clássico exemplo.



É graças à categoria semântica (os classemas de Pottier) que podemos entender sem ambigüidade uma frase como:

(11) The old bachelor finally died.

A marca categorial (adulto) do primeiro “caminho” já está contida em *old* “velho” e a marca categorial (jovem) não se compatibiliza com o elemento *old* “velho.”

AS CRÍTICAS AO MODELO KATZ E FODOR

Cabem, de início, duas críticas com respeito ao componente dicionário e, por extensão, à análise componencial, inspirada na fonologia, cuja unidade é o fonema, constituído de traços chamados femas. Paralelamente, o lexema, na teoria de Katz e Fodor, constitui-se de traços chamados marcadores e distinguidores (na terminologia de Pottier, *classemas e semantemas*). Uma primeira crítica diz respeito à falta de paridade entre os dois tipos de traços, no tocante aos parâmetros. Traços como *oclusão*, *bilabialidade* são fisicamente

mensuráveis, qualquer que seja o aspecto a ser contemplado, acústico ou articulatório. Porém, a análise em traços semânticos não nos conduz a um pacote definido. Uma segunda crítica é referente à ausência de paralelismo numérico. Os traços fonológicos são em número finito, enquanto os semânticos são de natureza pelo menos ilimitada.

Com relação aos mencionados traços, Eco (1980) questiona:

- a) se estes componentes podem ser identificados;
- b) se constituem um conjunto finito de “universais semânticos”;
- c) se são construções teóricas que não requerem análise componencial posterior, ou construções empiricamente fornecidas pelo dicionário, ou seja, palavras, definições, objetos lingüísticos;
- d) se, enfim, sua interconexão é suficiente para definir um *semema* e o modo pelo qual ele pode ser inserido em contexto.

Colocando o primeiro problema, o autor se reporta a Hjelmslev, que entrevia a possibilidade de descrever lexemas a partir de um número limitado de semas ou, na terminologia hjelmsleviana, de figuras do conteúdo. Deste modo, quatro traços elementares como *ovino*, *suíno*, *macho* e *fêmea* poderiam ser combinados em unidades maiores como *carneiro*, *porca*, *ovelha* e *porco*. Mas a descrição exaustiva dos traços está longe de ser alcançada.

No que diz respeito ao segundo problema, o autor refere-se especificamente a Chomsky (1978), para quem haveria, ao lado de regras de subcategorização, as regras de seleção, as quais pressupõem que os itens lexicais são caracterizados em termos de um vocabulário universal fixo, universal e limitado. A este propósito, expressa-se o autor:

Infelizmente, os únicos exemplos de tais traços que temos à nossa disposição nos textos chomskyanos são tão “universais” que servem apenas para diferenciar um bispo de um hipopótamo (porque um dos dois não tem o traço *Humano*), mas não servem para diferenciar um hipopótamo de um rinoceronte. Esta dificuldade determina a exigência de traços mais analíticos (ECO, 1980: 83).

Como corolário do acima exposto, seguem-se as seguintes considerações com relação ao modelo KF.

- a) o modelo KF tem os limites de um dicionário;

- b) as conotações não são levadas em consideração;
- c) os contextos não são previstos;
- d) os distinguishers exibem uma impureza extensional;
- e) o modelo descreve apenas expressões verbais e termos categoremáticos.

Em relação ao item *a*, o que Eco deseja assinalar é que é teoricamente impossível elaborar um dicionário de primitivos universais, de tal maneira estruturados que formem um conjunto finito. Isto não quer dizer que, por razões práticas, “não se possa e não se deva recorrer a uma representação estruturada como marcas de dicionários,” e que, na cultura e num contexto, certas marcas ou propriedades não devam ser usadas como “‘mais dicionariais’ do que outras” (ECO, 1991: 131). Explicita-se o autor:

(...) há infinitos contextos em que estão postas em questão várias propriedades de *água* ou de *homem* ou de *gato*, exceto as propriedades de ser, respectivamente, um líquido, um ser humano, um animal. A organização local de um dicionário estabelece quais, dentre as propriedades anteriormente atribuídas a uma certa unidade de conteúdo, não devem ser alteradas no âmbito de um certo discurso, porque cada discurso (cada contexto) pressupõe algumas noções como “pacificamente aceitas”. Aceitar pacificamente uma noção não quer dizer julgá-la mais ou menos semanticamente necessária = quer dizer, porém, que é pragmaticamente necessário, para o bom andamento da interação comunicativa, aceitar alguma coisa por pressuposto. A água é um líquido até que não nos encontremos diante de um discurso que (visando a mudar radicalmente o nosso paradigma científico) não porá em discussão a natureza dos líquidos. Há contextos em que se pode usar a expressão *atômico* partindo do pressuposto de que “a-tomo” é tudo o que não pode ser “dividido” em unidades menores; e há contextos em que é preciso, ao contrário, partir da afirmação oposta (ECO, 1991: 133).

Arremata o autor, à mesma página, que “organizamos um dicionário toda vez que queremos circunscrever a *área de consenso* dentro da qual um discurso se move”.

Esclarece ainda o estudioso italiano:

Indubitavelmente, marcas que habitam os nós últimos de tantas árvores de dicionários (como “vivente” ou como “corpo” enquanto oposto a “não corpo”) estão radicados no modo de pensar de uma civilização. A própria distinção entre gêneros naturais (...) e acidentes parece radicada na própria estrutura das línguas indo-européias (sujeitos e predicados,

substantivos e verbos, substantivos e adjetivos etc.). Não é que essas distinções não possam ser discutidas: é que para discuti-las é preciso pôr em questão todo o nosso modo de pensar e de falar. Por isso, parece muito mais cômodo pressupô-las como indiscutíveis. Mas basta passar dos contextos “funcionais” aos “poéticos” para se dar conta de como, precisamente mediante as estratégias metafóricas ou simbólicas, tende-se algumas vezes a pôr em questão também e talvez precisamente essas distinções. E são esses os casos em que parece muito mais difícil recorrer a estruturas correntes de dicionário (ECO, 1991: 133-134).

Além do caráter dicionarial do modelo KF, é de ressaltar-se o aspecto platônico das marcas semânticas, em nível teórico obviamente, uma vez que o modelo postula as marcas como construções teóricas puras não susceptíveis em princípio à análise componencial sucessiva. Porém é o próprio Katz, em outra obra, *Teoria Semântica* (in: Lobato, 1977), que fala de regras de redundância que favorecem uma análise semântica sucessiva, a exemplo do traço [+ humano] em que está implícita a marca [+ animado]. O que já implica uma certa semiose, uma vez que as supostas marcas são sîgnicas e/ou referenciais.

Duas outras objeções, em meio a outras possíveis, podem ser sustentadas. Uma delas diz respeito ao fato de o modelo KF deter-se apenas no sentido estritamente denotativo. A este propósito comenta Eco:

Desse modo se sacrificam muitos percursos possíveis. Existem sub-códigos bastante difundidos pelos quais, pelo menos na civilização ocidental, *solteiro* pode conotar tanto "dissoluto" quanto "jovem desejável" ... Em determinados subuniversos semânticos (...) adensam-se sobre o solteiro conotações autorizadas de simpatia ou de antipatia e verdadeiras marcas "axiológicas" (do tipo **Bom** ou **Mau**) (ECO, 1980: 90) .

Outra objeção concerne ao que Eco chama natureza espúria dos distinguidores. Estes não são definidos como puras construções teóricas e sustentam-se em definições muito complexas, que misturam intensão e extensão, sendo esta decisiva para distinguir o lexema.

Outro autor, Palmer (s.d.: 106), questionando a distinção entre distinguidores e marcadores, nos dá os exemplos, reproduzidos em (12) e (13) abaixo.

(12) The bachelor wagged his flippers (a foca sacudiu as barbatanas).

(13) The bachelor got his hair wet (o bacharel molhou o cabelo).

O que impede a leitura de *bachelor* como "foca" na segunda frase é o traço *ter cabelo* e o que autoriza a leitura de *bachelor* como "foca" na primeira frase é *ter barbatanas*. Teríamos que admitir os traços referidos como dicionariais? Admitindo isto, o número de marcadores seria ilimitado e mal diferenciado dos distinguidores. O dicionário não teria condições de prever traços desambigüizadores, sob pena de ser enfadonhamente exaustivo e assistemático. Temos que admitir que é o conhecimento de mundo do falante/ouvinte, segundo o qual focas têm barbatanas e focas não têm cabelos, que tira a ambigüidades das frases.

Outro autor, Geckeler (1984), põe em relevo o seguinte:

Uma das faltas mais graves [da Gramática Transformacional], e com isto também da semântica [de Katz e Fodor], está na não consideração do plano funcional da língua, ao ignorar seu eixo paradigmático e com isto as oposições funcionais. Estrutura significa para a GT exclusivamente "estrutura sintagmática", quer dizer, estrutura combinatória (GECKELER, 1984: 277).

Adiante em crítica mais contundente e incisiva:

O ponto fraco da semântica de KF está precisamente no componente dictionary, quer dizer, onde uma semântica das estruturas paradigmáticas teria que cumprir sua função. O ponto de partida da semântica de KF constitui-se de significantes, aos quais se o acrescentam diferentes significados (signifiés), se se trata de um signifiant polissêmico, quer dizer, "a estrutura da interpretação deste signifiant" é representada na forma de dependências (como na estrutura sintática) à maneira da árvore genealógica. Assim, pois, na base desta teoria reside, em último extremo, um princípio semasiológico. Aqui nos encontramos simplesmente com uma identificação de signos (signes) em razão da atribuição do correspondente signifié a um signifiant. Esta semântica não pode pretender ser uma semântica estrutural no sentido que lhe dá o estruturalismo europeu, pois não considera nem as relações do conteúdo, nem as oposições, e passa por alto do plano funcional da língua ou o ignora. Não representa nenhum método da análise do conteúdo, sendo somente um procedimento para alcançar a desambiguação com ajuda de certas características semânticas (semantic markers, distinguishers), obtidas não se sabe como. Pode conseguir o estabelecimento e classificação dos possíveis 'significados contextuais' de um signifiant; as estruturas em forma de árvore, não obstante, não têm nada que ver, em princípio, com a estruturação de um campo léxico. A semântica de KF não conhece a diferença entre lexemas, arquiexemas e variantes contextuais nem distingue entre uso

metafórico e uso não-metafórico. A análise do conteúdo não constitui em absoluto para ela o objeto da investigação, pois se o supõe como já dado; para o uso prático as correspondentes definições se tiram dos dicionários e se formalizam (GECKELER, 1984: 278-279).

O interessante a notar é que a teoria de Katz e Fodor contradiz, pelo menos em parte, o longo espectro postulado para uma teoria semântica, que comporta, segundo Katz (*in*: Dascal, 1982):

- a) sinonímia e paráfrase, relação de igualdade que se dá respectivamente entre palavras ou entre frases;
- b) similaridade semântica, que ocorre entre conjuntos de lexemas que têm em comum um traço semântico e sua diferença semântica em relação a outros conjuntos de lexemas;
- c) antonímia, que se estabelece a partir de diferença semântica devido à incompatibilidade de componentes;
- d) hiperonímia e seu inverso, hiponímia, em que palavras superordenadas e subordenadas se relacionam;
- e) regularidade e anomalia semântica, que se deve ao fato de sintagmas ou sentenças terem significado e outros não apresentarem significado;
- f) ambigüidade semântica, isto é, a multiplicidade de sentidos de palavras ou sentenças;
- g) redundância semântica, que acontece quando os componentes de significado dos modificadores se incluem nos constituintes centrais;
- h) verdade analítica, que ocorre quando o significado do sujeito contém a propriedade expressa pelo predicado;
- i) contradição, que se estabelece em virtude de o significado do sujeito conter informação incompatível com a que é atribuída a ele pelo predicado;
- j) sinteticidade, em que a verdade ou a falsidade de uma sentença não é determinada pela linguagem, mas pelo que ocorre na realidade;
- k) inconsistência, em que é impossível atribuir simultaneamente verdade ou falsidade a sentenças como *João está vivo* e *João está morto*, pelo fato de a verdade de uma implicar a falsidade da outra;
- l) implicação, que é a relação entre duas sentenças pela qual uma se segue necessariamente da outra em virtude de uma certa relação semântica entre elas;
- m) pressuposição, em que uma sentença só apresenta sentido de verdade lógica, se decorre de outra sentença implícita verdadeira;

- n) resposta possível, que pressupõe uma compatibilidade entre sentenças interrogativas e sentenças afirmativas;
- o) questão auto-respondida, em que, por implicação semântica, a resposta está incluída na própria pergunta.

Onde fica, na teoria, o papel das pressuposições e das implicações? Como tratar da paráfrase em um domínio puramente sintático, sem empobrecê-la? Estas e outras questões não são susceptíveis de serem respondidas nos limites do modelo de Katz e Fodor, confiado a uma simples leitura linear de sentenças.

CONCLUSÃO

Faz-se necessário estabelecer uma teoria dos contextos, de modo a indicar como estes interferem na produção do sentido, o que não significa negar a existência de significados estruturais, como os dos morfemas e das relações de caso. No caso específico, porém, da teoria de Katz e Fodor, segue-se como conclusão negativa das premissas dos autores que uma teoria deve mencionar apenas aquelas ocorrências de lexemas e textos cultural e convencionalmente tidas como mais prováveis. No caso do já citado exemplo *our store sells alligator shoes*, ao qual se conjugam duas leituras teoricamente possíveis: "nossa loja vende sapatos feitos de pele de crocodilo" e "nossa loja vende sapatos para crocodilos", só a primeira é de fato aceitável no universo cultural. Outros exemplos, aduzidos por Katz e Fodor, são as frases (14) e (15) abaixo.

(14) Devemos levar o menino ao zoológico.

(15) Devemos levar o leão ao zoológico.

Para os autores, a interpretação das duas frases demanda um conhecimento adicional sobre *menino* e *leão*, de modo que possamos interpretar corretamente a forma verbal *levar*. Mas, se considerarmos o fator cultura acrescido ao fator probabilidade, temos que registrar que leões costumam viver na selva, nas jaulas de zoológicos e nos circos eqüestres. "Existem provavelmente leões que circulam livremente no ático de algum milionário excêntrico, mas este fato é tão inusual e contrário às regras que a sociedade não só se recusa a aceitá-lo e a registrá-lo que ainda encarrega a polícia de impedi-lo", como bem ironiza Eco (ECO, 1980: 100).

Não basta compreender o signo como estrutura fechada, mas dentro de condições de produção, em que entram os participantes, o aqui e o agora da enunciação. Quando pronunciamos palavras ou frases, devemos primeiro pensar em termos de *aceitabilidade* e *compreensibilidade* das mesmas. Tais emissões verbais são utilizadas para referir-se a um estado de coisas no mundo, para afirmar sobre a organização de um dado código, para interrogar ou pedir. Ao mandar ou receber mensagens, emissor e receptor têm individualizadas suas pressuposições e as possíveis conseqüências lógicas das mesmas. Compartilham crenças em variados graus.

O receptor não é passivo: não participa apenas de um jogo comunicativo como que em corrente alternada com o emissor. A mensagem produz sobre ele efeitos, pode até modificar em diversos graus seu sistema de crenças sobre o mundo. O ato de recepção não se resume a uma mera decodificação lingüística *stricto sensu* do conteúdo veiculado pela expressão. O signo, além disso, pressupõe a situação, o entorno, no qual se situam o falante e o ouvinte, de modo que o discurso está circunscrito ao espaço e ao tempo. Neste sentido, a despeito de sujeitar-se a condições gerais de funcionamento, cada emissão discursiva tem seu aqui e seu agora, de modo que se configura como um acontecimento, um evento irrepetível. Como bem sintetiza Eco (1980), que, após tratar do signo numa teoria dos códigos em geral, admite a intervenção do fator extra-signífico na moldagem do significado do próprio signo.

O trabalho desenvolvido para manipular o *continuum* expressivo, onde produz ocorrências concretas de dados significantes, traz como evidência imediata o fato de que *existem diversos tipos de signos*. Se a teoria dos códigos, no seu esforço de oferecer uma definição unificada da função sógnica, havia *voluntariamente* obliterado essas diferenças, a teoria da produção sógnica, *considerando o trabalho efetivo e material necessário para a produção dos significantes*, é obrigada a reconhecer que existem diversos modos de produção, decorrentes de um processo triplíce: (i) o processo de MANIPULAÇÃO do *continuum* expressivo; (ii) o processo de CORRELAÇÃO da expressão formada por um conteúdo; (iii) o processo de CONEXÃO entre estes signos e eventos reais, coisas ou estados do mundo. Estes três processos estão estreitamente inter-relacionados: uma vez colocado o problema da formação do *continuum* expressivo, nasce o da sua relação com o conteúdo e com o mundo. Ao mesmo tempo, porém, compreende-se que *aqueles que eram comumente chamados de "tipos de signos" não são o resultado claro e inequívoco dessas operações*, mas da sua inter-relação complexa (ECO, 1980: 136).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Assim entendido, o discurso, contempladas suas condições de produção, é um ato, um trabalho, um trabalho produtivo. É trabalho porque envolve produção de sinal e também porque envolve escolha (tanto dentro do sistema de signos como também entre sistema de signos) dos sinais apropriados para se combinarem uns com os outros.

Não basta, pois, uma definição dicionarial do signo enquanto tal, tampouco uma simples listagem dos diversos signos e de sua combinatória sintagmática. Num determinado estágio da investigação, deve-se passar de uma teoria dos códigos para uma teoria da produção do signo.

Não podemos aqui nos estender nos detalhes da produção de sentido, tendo em vista a variedade de fatores implicados. O objetivo deste artigo é simplesmente indicar que o signo vai além de uma mera estrutura, de um simples funcionamento interno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Armênio Amado, 1978.

COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Gredos, 1986.

ECO, Umberto. *Semiótica e filosofia da linguagem*, São Paulo: Ática, 1991.

———. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1980, p.83.

GECKELER, Horst. *Semântica estrutural y teoría del campo léxico*. Madrid: Gredos, 1984, p. 277.

KATZ, J.J. e FODOR, J.A. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro (org.). *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KATZ, J.J. Teoria semântica. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro (org.). *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

———. O escopo da semântica. In: DASCAL, M (org.) *Semântica*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 1982.

PALMER, F.R. *Semântica*. Lisboa: Edições 70, s/d.

POTTIER, Bernard. *Lingüística geral: teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença, 1978.

WEINREICH, Uriel. Explorações em teoria semântica. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.